



Relatório do Evento - Governança na Sustentabilidade da Cadeia da Carne Bovina

Programa de Geopolítica

Data: 18 de Agosto, 2025

CONTEXTO

O Agro Insper Global e o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) vêm promovendo uma série de eventos híbridos para discutir temáticas centrais para o agronegócio brasileiro. Inserido nessa iniciativa, o evento [“Governança na Sustentabilidade da Cadeia da Carne Bovina”](#) destacou a importância da cadeia pecuária no país, refletindo sobre os mecanismos econômicos que valorizam, ainda que de forma parcial, a carne bovina sustentável no Brasil.

A crescente relevância da geopolítica como fator determinante nas relações comerciais e produtivas evidencia a necessidade de políticas específicas voltadas para esse cenário. Embora o setor pecuário esteja relativamente menos exposto ao mercado norte-americano em comparação ao tecnológico, ainda assim é fundamental acompanhar de perto essas dinâmicas. Restrições e sanções tendem a gerar insegurança ao longo das cadeias produtivas, reforçando a importância de ampliar a integração setorial e de diferenciar a produção brasileira.

Nesse contexto, uma das alternativas é o fortalecimento da governança sustentável da cadeia produtiva. A articulação entre governo, setor privado e produtores torna-se peça-chave para a construção de estratégias que conciliem competitividade econômica e responsabilidade ambiental, especialmente diante de um ambiente geopolítico cada vez mais desafiador.

POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA ESTATAL

A cadeia produtiva de bovinos no Brasil está presente em praticamente todo o território nacional e, nos últimos anos, tem registrado avanços relevantes em eficiência produtiva, sobretudo no uso da terra. Por meio de programas públicos como o Plano de Adaptação e Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (ABC+)¹, o governo brasileiro tem incentivado a adoção de sistemas agropecuários mais sustentáveis e resilientes.

O programa RenovAgro² e o Plano Safra³ também se destacam como políticas voltadas ao setor. Combinando incentivos fiscais e linhas de financiamento a projetos de custeio, comercialização e investimento, essas iniciativas têm gerado resultados positivos na produtividade agropecuária. Apesar dos aportes oferecidos pelos programas governamentais, estes representam apenas um terço do investimento necessário ao desenvolvimento sustentável da produção brasileira. Como consequência, grande parte dos investimentos em sustentabilidade provém do setor privado. Embora esse movimento seja essencial para suprir lacunas, as exigências de empresas para garantir a competitividade dos produtos acabam por complexificar ainda mais os elos da cadeia.

Entre os principais desafios da cadeia, está a dificuldade de consolidar uma governança sustentável, dada a heterogeneidade do setor em termos de tamanho das propriedades, modelos produtivos e diversidade de rebanhos — complexidade que também se estende a fornecedores, frigoríficos e varejistas. Soma-se a isso a imagem frequentemente negativa da pecuária em função de seus impactos ambientais, o que dificulta um debate equilibrado sobre sustentabilidade. Além disso, as elevadas taxas de informalidade constituem um entrave adicional, pois comprometem a efetividade das políticas públicas e reduzem a capacidade de monitoramento e controle ao longo da cadeia

Essas barreiras dificultam a implementação de soluções sustentáveis de maior alcance, como o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas (PNCPD)⁴. Frequentemente considerado um plano ambicioso, o PNCPD enfrenta desafios significativos, sobretudo porque sua execução exige mudanças em títulos de terra, já que produtores em plena atividade nem sempre possuem áreas livres para conversão. Além disso, a ausência de crédito fundiário adequado limita a viabilidade dessa troca de terras.

¹ [Programas e Estratégias — Ministério da Agricultura e Pecuária](#)

² [Renovagro – Programa de Financiamento a Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis](#)

³ [Governo Federal lança Plano Safra 2025/2026 com R\\$ 516,2 bilhões para impulsionar o agro brasileiro](#)

⁴ [Governo Federal institui Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas](#)

Embora o Brasil tenha potencial para atender à demanda global de alimentos sem recorrer à degradação ambiental, o país enfrenta dificuldades em demonstrar essa capacidade ao mundo dada a escassez de dados consistentes. A baixa taxa de registros institucionais compromete a transparência e dificulta o reconhecimento internacional a respeito do potencial sustentável da produção brasileira.

SETOR PRIVADO E GOVERNANÇA INDUSTRIAL

Do ponto de vista do setor privado, a cadeia de bovinos no Brasil precisa responder a duas principais demandas: redução de emissões e rastreabilidade animal.

No primeiro caso, as pressões para a redução das emissões de gases de efeito estufa incidem sobre a relação da indústria com os produtores, uma vez que rebanhos de ruminantes são responsáveis pela liberação de grandes quantidades de metano. O processo de ruminação, associado à alimentação do animal, resulta na fermentação entérica, que corresponde a cerca de 98% das emissões do setor. Para mitigar esse efeito, algumas possibilidades incluem a redução da idade de abate, a recuperação e rotação de pastagens — o que facilita a engorda — e o uso de aditivos capazes de reduzir a fermentação.

Paralelamente, a rastreabilidade tem se consolidado como uma prioridade do setor privado, especialmente diante das implicações econômicas e políticas da Regulamentação da União Europeia contra o Desmatamento (EUDR, na sigla em inglês)⁵. A ausência de registros nacionais consistentes e integrados dificulta a realização de análises socioambientais na compra de gado, uma vez que não há transparência suficiente para verificar a legalidade ou ilegalidade do desmatamento em determinadas áreas produtivas.

Apesar dos desafios, o setor privado reconhece na governança sustentável uma oportunidade de diferenciação da produção brasileira. Ao incorporar a dimensão sustentável, alinhada às demandas dos compradores, os pecuaristas poderiam oferecer insumos de maior valor agregado, superando a noção de “commodity pura”. Sem esse processo, entretanto, torna-se difícil assegurar a inserção no mercado consumidor, cada vez mais exigente.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA E SUSTENTABILIDADE

⁵ [Lei da União Europeia sobre o desmatamento foi discutida na Câmara dos Deputados](#)

Apesar das iniciativas mencionadas previamente, o financiamento para produtores rurais permanece limitado. O Plano ABC+, vinculado ao Plano Safra, é hoje um dos principais instrumentos de crédito, tendo os produtores como seus maiores beneficiários. No entanto, a iniciativa ainda se mostra insuficiente, uma vez que o produtor não deve apenas adotar práticas de manejo sustentável, mas também garantir sua manutenção ao longo do tempo.

Já existe um nível considerável de conformidade dos pecuaristas brasileiros às demandas ambientais e sustentáveis, em parte porque muitos assumem os custos da transição para evitar a suspensão de suas atividades produtivas. Ainda assim, persiste a necessidade de demonstrar ao produtor o valor estratégico dessas práticas, para além de uma lógica baseada apenas em sanções. Nesse processo, incentivos financeiros — públicos e privados — são essenciais.

No que diz respeito à rastreabilidade, ainda que os sistemas atuais sejam limitados, há entre os produtores a percepção de que sua adoção é estratégica. Essa visão, contudo, não está necessariamente vinculada à EUDR, mas sim a dois fatores principais: sanidade e valoração. Em maio, por exemplo, o Brasil foi reconhecido como livre de febre aftosa sem vacinação, e a rastreabilidade permite indicar com precisão o percurso de cada animal, viabilizando respostas rápidas em situações de risco sanitário. Mais do que monitorar o desmatamento, a rastreabilidade individual garante a rastreabilidade sanitária, agregando confiança ao produto.

Adicionalmente, no caso específico da rastreabilidade individual, o debate concentra-se em como esse mecanismo impacta o valor da produção brasileira. Considerando que aproximadamente 70% dos produtos pecuários são consumidos internamente, é crucial compreender as dinâmicas do mercado doméstico para a aplicação de qualquer obrigatoriedade. Nesse sentido, torna-se fundamental avaliar quais atributos realmente aumentam a valorização do produto nos maiores mercados consumidores.

Um exemplo claro de incentivo à adoção de medidas para redução de impactos ambientais pode ser observado no caso chinês. O mercado consumidor da China exige a redução da idade do bovino para 30 meses⁶, uma prática que contribui diretamente para a diminuição das emissões de metano. Essa demanda exerce um impacto direto na produção, tornando estratégico para o produtor brasileiro atender às exigências do mercado chinês. Como resultado, os produtores passam a investir mais no manejo do animal, aprimorando práticas de cuidado, ajustando a dinâmica produtiva e elevando o padrão de bem-estar animal.

⁶ [China acelera mudança na pecuária do Brasil com aumento dos confinamentos](#)

RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS

- **Criar políticas mais eficientes para a regularização fundiária.**

A implementação de projetos e políticas públicas para regularização das terras é central para a definição da malha fundiária. Esse debate implica diretamente na rastreabilidade individual bovina e aprimoramento das bases cadastrais nacionais, na medida em que a informalidade e falta de transparência no setor dificultam a coleta de dados.

- **Aumentar o escopo de iniciativas como a Plataforma Agro Brasil + Sustentável**, a qual representa uma possibilidade de facilitar a consulta pública de produtores em conformidade com as regras ambientais.
- **Alinhar os incentivos monetários e não monetários às demandas dos mercados consumidores.**

Frente ao enorme potencial de diferenciação da pecuária, é preciso encontrar maneiras de tornar a sustentabilidade um diferencial de valor para a produção. Isso pode ser efetuado através de incentivos fiscais, assessoria técnica em campo e cooperação agrotecnológica, via governo ou setor privado.

- **Utilização de compensação de carbono para atender às demandas de redução no setor privado.**

A emissão de gases do efeito estufa no setor privado pode ser de três tipos: i) Escopo 1, isto é, aquelas diretamente vinculadas à produção; ii) Escopo 2, ou emissões relacionadas à energia; e iii) Escopo 3, ou seja, emissões indiretas ao longo do processo produtivo. A redução de emissões via fermentação entérica corresponde às demandas do Escopo 3, e não é suficiente para atingir as metas de descarbonização. Para isso, medidas como compensação de carbono ao longo da cadeia são centrais.

- **Valorizar toda a cadeia produtiva integrada ao produtor**, promovendo a diferenciação do meio produtivo, a rastreabilidade e o engajamento com práticas de sustentabilidade, reconhecendo esses elementos como fatores estratégicos de competitividade e agregação de valor